



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

AUTOCONSTRUÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVAS
AUTOGESTIONÁRIAS DE MORADIA POPULAR PARA A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA,
EM FORTALEZA – CE

Isabelle de Lima Almeida (UFRN) - isabelle.almeida.054@ufrn.edu.br

*Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Unifor. Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável pela UnB.
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN.*

Liza Maria Souza de Andrade (UnB) - lizamsa@gmail.com

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. Professora da FAU-UnB.

Autoconstrução e produção do espaço urbano

Perspectivas autogestionárias de moradia popular para a Ocupação

Carlos Marighella, em Fortaleza – CE

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar o processo de autoconstrução e autourbanização no contexto das ocupações urbanas de luta por moradia digna. Para isso, realiza-se o estudo das dinâmicas socioespaciais da Ocupação Carlos Marighella (OCM), surgida na atual conjuntura de aprofundamento dos conflitos sociais, econômicos, urbanos e ambientais em meio à pandemia de Covid-19 no Brasil. Negadas ao direito à moradia digna, as famílias da Marighella ocuparam uma área ambientalmente frágil situada às margens do Riacho Martinho, no bairro periférico do Mondubim, em Fortaleza, capital do Ceará. Desde a sua origem, a OCM resistiu a uma série de tentativas de despejo através de um vitorioso processo de luta e resistência popular, que busca articular o direito à moradia e à terra urbana com as lutas relacionadas à classe, ao gênero e à raça. Há, ainda, uma forte preocupação comunitária em promover uma relação harmoniosa com o meio ambiente natural em meio a um cenário urbanístico-ambiental marcado pela ausência de infraestrutura de saneamento ambiental e poluição dos corpos hídricos e do solo.

No contexto latino-americano, o processo de urbanização encontra-se marcado pela produção predatória e espoliativa da cidade, promovendo alto grau de pauperismo e precárias condições urbanas de existência. Por meio desse processo de espoliação urbana, a população pauperizada encontra dificuldade em acessar a terra urbanizada e a moradia digna (KOWARICK, 2009). Como resultado, uma significativa parcela da população brasileira encontra-se inserida em um contexto urbano caracterizado por precárias condições habitacionais, ausência de infraestrutura e degradação ambiental (MARICATO, 2015).

No Brasil, o espaço urbano encontra-se estruturado por uma complexa questão fundiária, que favorece processos especulativos de valorização da terra urbana. Para o capital financeiro e o setor imobiliário, “a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” (MARICATO, 2015, p. 23). Portanto, a produção e a exploração do espaço urbano se dá em prol de seu valor de troca. Soma-se a isso a problemática da superexploração da força de trabalho, que proporciona uma remuneração que exclui os custos do provimento da habitação para os trabalhadores. Assim, uma expressiva parcela da população urbana encontra-se às margens do mercado formal de habitação e de políticas públicas habitacionais, dependendo, majoritariamente, da produção doméstica da moradia através de uma apropriação não mercantil da terra urbana. Logo, favelas e assentamentos precários constituem-se como uma estratégia de sobrevivência, integrando-se, portanto, ao processo de acumulação capitalista enquanto um componente básico da reprodução da força de trabalho. Assim desenvolve-se a autoconstrução, modalidade predominante na produção da habitação nas periferias urbanas brasileiras (MARICATO, 2015). Processo extremamente penoso, a autoconstrução habitacional “protege os trabalhadores contra as intempéries do sistema econômico” na mesma medida

em que barateia os custos de reprodução da força de trabalho (KOWARICK, 2009, p. 84).

Impedidos de acessar a moradia e a terra urbanizada, trabalhadores urbanos inserem-se em um cenário de precariedade urbanística e ambiental, visto que resta a estes a ocupação das áreas ambientalmente frágeis, que, de modo geral, não interessam ao processo de urbanização dominante nem ao mercado formal de habitação. Como resultado, populações de baixa renda concentram-se às margens de rios, córregos, mangues, dunas, dentre outros, expondo-se, assim, aos riscos de enchentes, desmoronamentos, epidemias, etc. (MARICATO, 2015). Aplica-se a este contexto o conceito de vulnerabilidade socioambiental, que se refere “ao fato de que grupos socialmente vulneráveis costumam localizar-se em espaços com características ambientais impróprias à ocupação urbana, o que acaba potencializando sua condição de vulnerabilidade” (FREITAS, 2014, p. 111). O resultado é o aprofundamento de um contexto intraurbano produzido a partir de um “modelo de planejamento socialmente excludente e ambientalmente predatório” (FREITAS, 2014, p. 113).

Em Fortaleza, capital do Ceará, um total de 32% de seus domicílios encontram-se localizados em assentamentos precários, caracterizados “pela inadequação de suas habitações e pela irregularidade no acesso à terra” (FORTALEZA, 2013, p. 27). No total, Fortaleza contava, segundo o PLHIS-FOR (2013), com cerca de 843 assentamentos precários, cuja população residente era estimada em 1.077.059 habitantes, o que representava aproximadamente metade da população total do município (FORTALEZA, 2013). Ainda segundo o PLHIS-FOR (2013), Fortaleza apresentava um déficit quantitativo de 77.615 unidades habitacionais, ou seja, o número total de domicílios novos a serem construídos. Ao mesmo tempo, havia o indicativo de 1.864 terrenos vazios no perímetro urbano de Fortaleza, chegando a uma área total de 22.507.675 m². Além dos terrenos vazios, Fortaleza apresentava um número considerável de domicílios vagos: 69.995 imóveis. Esses números se dão conforme um cenário urbano marcado pela produção excludente do espaço urbano e pela elitização do mercado formal de moradia.

Mais recentemente, com o início da crise sanitária acarretada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil no ano de 2020, tal cenário de vulnerabilidade socioambiental vem se aprofundado tanto a nível nacional quanto local. Destaca-se, aqui, a problemática do aumento do desemprego e do custo de vida, que trouxe consequências como o aprofundamento da insegurança alimentar e o avanço dos despejos. Em decorrência disso, as metrópoles brasileiras contaram com a formação de novos assentamentos precários, por vezes desencadeando o avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis. Por outro lado, surgiram, também, novas ocupações de luta por moradia digna, que têm resistido mesmo em meio a condições sanitárias tão precárias.

Segundo Lefebvre (2008, p. 134), a luta pelo direito à moradia é abarcada pelo conceito ampliado de direito à cidade, que inclui o “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar”, bem como “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”. Assim, a cidade, por meio de sua vida cotidiana e comunitária, firma-se enquanto o lugar por excelência das relações entre as classes e da luta de classes, onde ocorrem os “violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza,

os conflitos entre os poderosos e os oprimidos” (LEFEBVRE, 2008, p. 13), bem como os “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos” que tomam lugar no plano da vida imediata (LEFEBVRE, 2008, p. 22). Logo, a cidade é um terreno propício às revoluções e mobilizações sociais.

Já Rolnik (2019, p. 378) identifica na cidade contemporânea uma guerra pelos lugares, onde “processos coletivos de construção de ‘contraespaços’” resistem “à redução dos lugares a *loci* de extração de renda”. Inseridos em meio ao confronto e à violência do cotidiano urbano, os movimentos de resistência buscam experimentar alternativas e construir futuros possíveis. Trata-se, sobretudo, de um “exercício cotidiano de formulação e de luta pelo direito à cidade” (ROLNIK, 2019, p. 378). É nesse contexto que se insere a luta por moradia digna travada pelas ocupações urbanas, sendo a Ocupação Carlos Marighella um exemplo concreto dos conflitos presentes na apropriação e produção do espaço urbano.

Para investigar o processo de autoconstrução e autourbanização no contexto das ocupações urbanas de luta por moradia digna, recorre-se, portanto, ao exemplo da Ocupação Carlos Marighella (OCM). Construída por 85 famílias, a OCM resistiu a uma série de tentativas de despejos através de intensa luta e resistência popular. Como resultado, a Marighella tem sido vitoriosa e obteve, até este momento, uma série de compromissos por parte do poder público. O mais importante êxito refere-se à conquista de uma terra pública vizinha ao terreno originalmente ocupado, destinada às famílias da OCM por meio da aprovação do Projeto de Lei 313/2020 na Câmara Municipal de Fortaleza.

Ainda no ano de 2020, as famílias da OCM transferiram-se do antigo terreno para a terra conquistada por meio de sua luta e organização popular, onde construíram espaços coletivos e moradias provisórias. Atualmente, a ocupação segue negociando com a Prefeitura de Fortaleza para a implementação de um projeto habitacional definitivo.

No atual contexto brasileiro, no entanto, as políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas habitacionais de famílias de baixa renda encontram-se em baixa. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mantido pelo governo federal, supriu apenas parcialmente as demandas dos movimentos de luta por moradia. Adicionalmente, um dos legados da centralização promovida pelo PMCMV foi o desmonte das políticas habitacionais a níveis municipais e estaduais. Fortaleza insere-se em meio a essa problemática: esvaziados os financiamentos a nível federal, a capital cearense encontrou-se sem alternativas habitacionais voltadas à população de baixa renda.

Com isso, as famílias da OCM enfrentam um desafio adicional: negociar a elaboração e a construção de um projeto residencial com a Prefeitura de Fortaleza e com o Estado do Ceará em meio à ausência de programas habitacionais destinados à produção de moradias populares. Nesse contexto desafiador, coube à Marighella pressionar o poder público para a elaboração de políticas públicas habitacionais conforme as suas necessidades sociais, econômicas, territoriais e ambientais. Nesse sentido, a OCM propõe que a concretização das moradias populares se dê através de um processo de mutirão autogerido de construção, cujo desenho urbano deverá integrar-se ao ecossistema local composto pela mata e pelo Riacho Martinho. Assim, por meio

do fortalecimento da autonomia e da auto-organização da Marighella, o processo de autogestão na produção habitacional permitirá a participação ativa do morador-autoconstrutor na tomada de decisões coletivas acerca da transformação do território-suporte da ocupação.

Partindo desse recorte da realidade, o presente trabalho propõe-se a identificar e registrar as práticas construtivas e espaciais empregadas na autoconstrução e autourbanização da Ocupação Carlos Marighella. Buscou-se, assim, atentar para as dinâmicas socioespaciais e as características socioculturais envolvidas na apropriação do território e na modificação da paisagem urbana no contexto da periferia de Fortaleza. Para isso, a pesquisa aplicou como procedimentos metodológicos a realização de observações diretas em campo acompanhadas de registros fotográficos, croquis e entrevistas não estruturadas com moradores da OCM. A aproximação com a ocupação tem se dado a partir do acompanhamento por parte da autora em atividades de cunho de organização política e mobilização social tanto na própria OCM quanto nos espaços de negociação com o poder público, abarcando desde o período inicial da ocupação, ainda na terra antiga, até o momento de apropriação do território conquistado através da organização e luta popular em prol da terra e da moradia digna. Trata-se, portanto, de uma observação militante e participativa nas experiências e análises aqui apresentadas. Realizou-se, ainda, uma revisão bibliográfica acerca de temas como autoconstrução, autourbanização, autogestão e arquitetura popular, incluindo autores como Bonduki (1992), Colosso (2019), Ferreira (2021), Ferro (2006), Guerreiro (2017), Kowarick (1979; 2009), Lefebvre (2002; 2008), Leite e Faria (2017), Maricato (1982; 2015), Rolnik (2019) e Weimer (2012).

Espera-se, assim, que o trabalho realizado sirva como um fundamento para o desenvolvimento de soluções arquitetônicas e de desenho urbano para a Ocupação Carlos Marighella, enfatizando a percepção da paisagem e das dimensões culturais da produção do espaço urbano na elaboração de propostas habitacionais no contexto de um projeto autogestionário de moradia popular.

ARQUITETURA POPULAR, AUTOCONSTRUÇÃO E AUTOURBANIZAÇÃO NA LUTA POR MORADIA DIGNA

A arquitetura popular é caracterizada por Weimer (2012) enquanto uma produção marcada por três grandes aspectos: simplicidade dos materiais em virtude das limitações econômicas, adaptabilidade às circunstâncias locais e criatividade quanto à imaginação formal. Em síntese, a arquitetura popular é o resultado formal e plástico da técnica e dos materiais construtivos empregados. Nesse sentido, a moradia autoconstruída da periferia urbana pode ser compreendida como uma solução arquitetônica popular, que se adapta às limitações econômicas e às necessidades imediatas.

Segundo Leite e Faria (2017), a autoconstrução assume uma expressiva importância na transformação da paisagem urbana periférica, visto que a modalidade é massivamente praticada enquanto uma forma de suprir as demandas habitacionais das classes populares. Assim, a autoconstrução transforma-se em aspecto cultural da classe trabalhadora, que molda a cidade de acordo com seus desejos e necessidades. Dessa maneira, constitui-se uma “paisagem eternamente inacabada”, autoconstruída “de forma gradativa,

incessante” (LEITE; FARIA, 2017, p. 299). Nesse sentido, o morador-autoconstrutor pode ser entendido como “um agente de produção da cidade e *designer* amador das paisagens periféricas” (LEITE; FARIA, 2017, p. 301).

Já Maricato (1982, p. 71) define a autoconstrução – também conhecida como mutirão, auto-ajuda ou ajuda mútua – como um “processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho”. Essa modalidade aplica-se principalmente na construção de casas destinadas à classe trabalhadora, sendo, portanto, a arquitetura possível para trabalhadoras e trabalhadores na cidade, tendo em vista as condições da reprodução de suas vidas no meio urbano. Para a autora, características que envolvem o processo de autoconstrução, como a solidariedade e o contato direto com a produção da casa, se dão enquanto fatores determinantes para a sobrevivência nas periferias do Brasil. Assim, a autoconstrução é um meio pelo qual a maioria da população trabalhadora resolve o problema do acesso à habitação, “trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos)” (MARICATO, 1982, p. 73). Para Bonduki (1992), esse processo de produção doméstica da moradia pode ser compreendido como o “auto-emprego” da casa própria.

Frequentemente, os bairros periféricos das metrópoles brasileiras apresentam-se enquanto uma paisagem em permanente construção e ocupação, com casas inacabadas e obras que se estendem por anos. Por vezes, moradores se organizam aos fins de semana para garantir melhorias que extrapolam o espaço da casa. Assim, ruas recebem calçamento, pontes são construídas e córregos e matas são limpos. Segundo Maricato (1982, p. 79),

“A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade.”

Para Maricato (1982), tal modalidade de produção do espaço urbano pode ser entendida como a “proletarização do espaço”, que envolve uma ocupação pobre, extensiva e horizontalizada das periferias urbanas. Nesse espaço proletarizado, a autoconstrução dá a tônica: “são bairros que se assemelham a canteiros de obras, e mantêm essas características por muitos anos, não raramente por mais de vinte anos, até chegar os primeiros elementos de infraestrutura urbana” (MARICATO, 1982, p. 87). Nesse sentido, Ferreira (2021) indica que a urbanização brasileira trata-se, na verdade, de uma “autourbanização”. Assim, a crise urbana e a luta pelo direito à moradia e à cidade geram padrões espaciais pautados pela autoconstrução, ourbanização, auto-organização e autogestão.

Segundo Ferro (2006), a autoconstrução é uma das principais características da moradia popular. Nesse processo, o trabalhador urbano constrói seu abrigo nos fins de semana, feriados ou férias, empregando materiais rudimentares, usados ou de demolição. Por meio da autoconstrução, o morador utiliza a técnica aprendida, vivida e absorvida, que integra o conhecimento popular de maneira “quase espontânea, que todos herdaram, simples prática

compatível com nenhuma especialização” (FERRO, 2006, p. 62). Há, ainda, uma série de limitações que envolvem a prática da autoconstrução, visto que os baixos rendimentos da classe trabalhadora tornam o acesso a materiais de construção bastante restrito. Assim, os materiais empregados são os de menor custo, muitas vezes dependendo da oferta limitada dos depósitos de materiais de construção mais próximos do lugar onde o trabalhador ergue a sua casa. O resultado é uma moradia marcada pela rudeza dos materiais e pela técnica voltada à subsistência. Trata-se, portanto, de uma produção artesanal da habitação para atender necessidades básicas: proteção contra chuva e frio, espaço para o descanso e o preparo de alimentos. Maricato (1982, p. 93) aproxima-se dessa visão e destaca que a produção da casa através da autoconstrução não dá margem para a criatividade em relação às técnicas construtivas e às soluções arquitetônicas, tendo em vista que “o produto final é padronizado em todas as regiões metropolitanas, com variações insignificantes”.

Ainda nesse sentido, Kowarick (2009, p. 33) define a casa autoconstruída das camadas populares como um “um elemento ao mesmo tempo essencial e dispendioso”, produzida enquanto um meio de subsistência essencial para a reprodução dos trabalhadores pauperizados das grandes periferias urbanas brasileiras. A moradia autoconstruída é, portanto, um dos elementos “indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos” (KOWARICK, 1979, p. 57). Assim, a autoconstrução se insere na fórmula do capitalismo dependente, rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que se maximiza a acumulação de capital. Tal visão assemelha-se àquela defendida por Maricato (1982), que enxerga a autoconstrução enquanto uma prática de subsistência, que não produz apenas moradia, mas também a cidade.

Ainda de acordo com Kowarick (1979, p. 58-59), a capacidade de organização da classe trabalhadora é um elemento definidor na possibilidade de acesso aos serviços de caráter coletivo, “que têm reflexos diretos nos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho, dos quais a habitação constitui um componente essencial”. Portanto, as lutas e mobilizações sociais podem transformar as condições de vida da classe trabalhadora das grandes periferias urbanas brasileiras. É nesse contexto que se inserem as lutas pelo direito à terra, à moradia digna e à cidade, que, muitas vezes, apontam para perspectivas autogestionárias, baseadas nos valores da solidariedade e da ajuda mútua. Por meio da construção da luta por moradia digna, moradores de ocupações urbanas podem transformar a sua própria realidade, tomando os rumos de suas vidas em suas próprias mãos.

A partir dos princípios da autogestão, movimentos de luta por moradia digna podem superar perspectivas meramente reivindicatórias e assumir um papel de formulação e gestão de políticas públicas habitacionais. Assim, o morador-autoconstrutor pode participar ativamente na elaboração, construção e gestão da proposta coletiva de provimento habitacional. Trata-se, portanto, da “construção de alternativas de poder popular ao poder do Estado” (BONDUKI, 1992, p. 160). Mesmo após a finalização da construção das moradias populares, a auto-organização comunitária tende a permanecer como o resultado da criação

de uma identidade coletiva e do aprofundamento de laços forjados a partir do processo de luta e resistência.

Bonduki (1992, p. 12) aponta para a vantagem de que, por meio da autogestão, os mutirantes “sentem, na pele, a energia coletiva, a alegria e a beleza de um processo de produção onde o trabalhador não é alienado do produto de seu trabalho”. Além disso, quando comparada ao modelo centralizador de provimento da habitação e ao auto-emprego da casa própria, a experiência do mutirão autogerido de construção possibilita, conforme Bonduki (1992, p. 157),

“[...] potencializar o trabalho, racionalizar a construção e a utilização dos materiais, garantir um resultado físico, construtivo, projetual e estético superior, viabilizar a assessoria técnica, reduzir os custos e desperdícios e, finalmente, tornar este processo um instrumento de crescimento da organização de exercício da autogestão.”

É a partir da perspectiva da prática radicalmente transformadora da autogestão que Guerreiro (2017) discute o conceito de “espaço educador”. Para a autora, o uso do espaço pressupõe as relações sociais e a apropriação por parte das diversas classes sociais. Assim, percepção, uso e construção do espaço são aspectos históricos, definidos pela divisão social do trabalho. Nessa lógica, a arquitetura pode ser entendida como produção social, enquanto o desenho urbano é tido como um instrumento ideológico que define uso e ocupação do espaço a partir das relações sociais vigentes.

Como poderíamos, portanto, falar em “espaço educador” em meio ao modo de produção capitalista? Para Guerreiro (2017, p. 176), “a ‘educação’ promovida por esse espaço só pode ser a formalização da classe trabalhadora, por aqueles que a dominam”. Para subverter tal lógica de produção do espaço, a autora aponta para uma perspectiva da ação política em prol da mudança social, que promove “a formação da classe trabalhadora por meio do seu engajamento organizado na produção da cidade”. Trata-se, portanto, de uma combinação dialética entre ação e reflexão através de uma *práxis* voltada ao “enfrentamento direto para abertura e proteção de espaço de ação, junto à produção cotidiana deste mesmo espaço” (GUERREIRO, 2017, p. 176-177).

Nesse sentido, podemos enxergar a prática da arquitetura e do urbanismo não como técnica ou produto, mas como relações sociais, que passam pela educação política voltada à emancipação. Segundo Guerreiro (2017, p. 175),

“[...] todo sujeito de conhecimento é uma construção histórica que se dá não por meio das ideias (ideologia), mas pelas condições objetivas de reprodução da sua vida. Sua consciência, portanto, só pode ser uma consciência de classe, pois é formada a partir das condições objetivas do processo histórico e, portanto, a subjetividade e inserção social dos sujeitos de conhecimento são construções que partem da totalidade do ser social – para muito além do conteúdo, da forma e do espaço escolar.”

Promove-se, portanto, um projeto político-pedagógico combinado aos processos de autogestão na produção da casa e da cidade, que, ainda segundo Guerreiro (2017), se dá em quatro diferentes momentos: 1) luta pela terra e por financiamento; 2) projeto; 3) construção e 4) pós-ocupação. Subverte-se, assim, a exclusão do trabalhador e a divisão social do trabalho, promovendo a

autonomia na construção do projeto, nas práticas do canteiro de obra, no uso e apropriação do espaço. Trata-se, portanto, de um processo de “forma-ação”, vinculada à transformação radical da realidade.

A LUTA E A RESISTÊNCIA POPULAR DA OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

A Ocupação Carlos Marighella teve início em um vazio urbano localizado no bairro do Mondubim, região periférica da cidade de Fortaleza. Ali, 85 famílias ocuparam, no dia 8 de junho de 2020, um terreno que se encontrava abandonado há mais de 30 anos, e que não cumpria, portanto, a função social da propriedade urbana. Desde então, os moradores têm travado uma intensa luta pelo direito à terra e à moradia digna.

Localizado às margens do Riacho Martinho, o terreno onde teve início a OCM é marcado pela presença de áreas vegetadas e brejadas sujeitas a alagamentos durante a quadra chuvosa. Há, ali, um quadro de ausência de infraestrutura de saneamento ambiental, além da poluição dos corpos hídricos e do solo por meio da acumulação de resíduos sólidos e do escoamento de águas residuais.

Assim que ocuparam o terreno, as famílias passaram a enfrentar uma série de tentativas de remoção por parte de empresas do ramo imobiliário que reivindicavam a gleba onde a OCM encontrava-se inicialmente inserida. Tais investidas se davam em concordância com um processo de valorização da terra urbana naquela porção da cidade, tendo em vista a intensificação da construção de empreendimentos imobiliários residenciais nas proximidades do terreno onde se originou a OCM.

Como consequência, desde o momento em que o vazio urbano foi ocupado por famílias organizadas em prol do direito à moradia digna, os proprietários da terra revelaram-se e passaram a intimidar a ocupação através de uma série de agressões contra as famílias. Os ataques direcionados à OCM foram perpetrados tanto por seguranças privados quanto pela Polícia Militar do Ceará, que promoveu ações violentas que levaram à demolição das precárias moradias construídas pelas famílias ocupantes.

Com a intensificação das tentativas de remoção da ocupação, as 85 famílias da OCM buscaram avançar no processo de organização comunitária. Nesse ínterim, passaram a contar, também, com o apoio de diversas organizações políticas e movimentos sociais, como Unidade Classista (UC), Organização Popular (OPA), Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), Coletivo LGBT Comunista, União da Juventude Comunista (UJC), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB), dentre outros. Além do apoio por parte das organizações políticas, a ocupação também passou a ser acompanhada por coletivos e organizações de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo, como a Taramela Assessoria Técnica e o Coletivo Escalar. Já a assessoria jurídica popular passou a ser realizada pelo Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Posteriormente, já no ano de 2021, o Mandato Fortaleza Verde do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara Municipal de Fortaleza somou-se à

luta da Marighella por meio da elaboração de um Diagnóstico Ambiental da terra conquistada (MANDATO FORTALEZA VERDE, 2021).

Mesmo com as investidas contra a OCM, as famílias persistiram ocupando a terra. Em razão disso, as empresas que reivindicavam o terreno entraram com uma ação de reintegração de posse. Assim, teve início uma intensa disputa judicial, levando a um forte processo de resistência por parte dos ocupantes e apoiadores da ocupação, que se encontravam em meio a um imbricado processo jurídico e político em que os poderes judiciário e executivo jogavam um ao outro a responsabilidade de atender às demandas das famílias ocupantes. Em meio a esse impasse, a OCM avançava em seu processo de organização e luta popular. Nesse meio-tempo, foi elaborado o Plano Emergencial de Negociações da Ocupação Carlos Marighella (TAMELA ASSESSORIA TÉCNICA; COLETIVO ESCALAR, 2020) no intuito de requerer ao poder público um terreno onde uma proposta habitacional pudesse ser desenvolvida para as 85 famílias.

A partir da ameaça da ordem de despejo, a Ocupação Carlos Marighella deu início a um profundo processo de resistência, que contou com a solidariedade de diversas entidades e movimentos populares de várias partes do país e do mundo. Com um amplo apoio político e social, a ocupação intensificou a sua luta e mobilização. Assim, atos e audiências foram realizados em espaços político-administrativos, como a Secretaria das Cidades do Governo do Estado, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional, o Palácio da Abolição (sede do poder executivo estadual), o Paço Municipal de Fortaleza (sede do poder executivo municipal) e a Sede do Diretório Estadual do Partido Democrático Trabalhista – PDT (partido do então prefeito Roberto Cláudio e do prefeito eleito José Sarto). Além disso, atos de rua foram realizados no entorno da ocupação em duas ocasiões, incluindo a 8ª Marcha da Periferia de Fortaleza. Houve, também, um ato na Arquidiocese de Fortaleza, que buscou a intercessão do Arcebispo de Fortaleza junto à causa da OCM. A intensa agenda de lutas da ocupação repercutiu nacionalmente em razão da ousadia e inventividade de suas estratégias. Como resultado, a mobilização em prol da OCM foi capaz de adiar a ordem de despejo por seis vezes. Na última das tentativas de reintegração de posse, ocorrida em 11 de dezembro de 2020, a Polícia Militar do Ceará chegou a enviar o Comando de Policiamento de Choque até a ocupação, mas a comunidade decidiu resistir frente à polícia até que fosse determinada a revogação judicial da ordem de despejo (Figura 1).



Figura 1: Resistência ao despejo da Ocupação Carlos Marighella. Fonte: Davi Pinheiro (2020).

A Marighella tem sido vitoriosa e obteve, até este momento, uma série de compromissos por parte do poder público. O mais importante êxito refere-se à conquista de uma terra pública vizinha ao terreno originalmente ocupado (Figura 2), destinado às famílias por meio da aprovação da Lei 11.058/2020 na Câmara Municipal de Fortaleza (CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020). A lei prevê a construção de um projeto de Habitação de Interesse Social naquele terreno, a ser viabilizado em parceria com entidades sem fins lucrativos. Entretanto, ainda não há recursos públicos destinados à elaboração do projeto habitacional e à construção das moradias.



Figura 2: Terreno cedido pelo Município para a construção das moradias populares da Ocupação Carlos Marighella. Fonte: Taramela Assessoria Técnica; Coletivo Escalar (2021).

Ainda em 2020, as famílias transferiram-se do antigo terreno para a terra conquistada, onde construíram novos espaços coletivos e moradias provisórias (Figura 3), demarcando, assim, que aquele território pertence à ocupação e foi conquistado através de intensa luta. Mesmo amparada pela Lei 11.058/2020, aprovada na Câmara Municipal, a OCM segue enfrentando o assédio das forças de segurança pública. No início do ano de 2021, a Guarda Municipal de Fortaleza promoveu uma tentativa de despejo no terreno conquistado a mando da Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS). A ação ilegal, ainda que não tenha se implementado, foi suficiente para deixar um rastro de destruição que danificou as moradias provisórias e os espaços coletivos, como a cozinha comunitária e a ciranda infantil.



Figura 3: Moradias provisórias construídas na Terra Conquistada pela Ocupação Carlos Marighella. Fonte: Rafaela Costa (2021).

Atualmente, a ocupação segue avançando nas negociações com a Prefeitura para a implementação do projeto habitacional definitivo. A proposta defendida pelos ocupantes e pelas organizações apoiadoras é de que a concretização das moradias populares se dê através de um processo de mutirão autogerido de construção, que deverá integrar-se ao ecossistema local composto pela mata e riacho próximos. Assim, as futuras moradias poderão estar harmonicamente integradas ao meio ambiente natural de seu entorno. Para que isso se concretize, a luta por moradia digna da OCM deve continuar e avançar.

AUTOCONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS AUTOGESTIONÁRIAS DE PRODUÇÃO DA MORADIA E DO ESPAÇO URBANO NA OCUPAÇÃO
CARLOS MARIGHELLA

Desde o início da luta das famílias da OCM por moradia digna, ainda na terra anteriormente ocupada, uma variedade de materiais e técnicas construtivas tem sido empregada na transformação do território apropriado pela Marighella. Situada em uma área marcada pela fragilidade ambiental, a OCM enfrentou uma série de dificuldades no processo de ocupação do terreno. Destaca-se, aqui, a presença de resíduos sólidos acumulados na terra originalmente ocupada, indicando uma provável contaminação do solo. Complementarmente, o terreno ocupado encontrava-se sujeito a alagamentos, visto que se inseria às margens do Riacho Martinho, situado na cota de alagamento da bacia hidrográfica. Além disso, a ausência de infraestrutura de saneamento no entorno imediato significava um fator adicional de contaminação do solo e das águas, tendo em vista que o problema da ausência de esgotamento sanitário das famílias do entorno é resolvido por meio de ligações irregulares que desaguam nos terrenos mais baixos. Para a comunidade vizinha, o terreno inicialmente ocupado pela OCM e o Riacho Martinho resolviam a questão do descarte de águas servidas.

Assim, o terreno onde surgiu a OCM apresentava-se constantemente úmido, com áreas alagadas ou enlameadas. Adicionalmente, alguns trechos contavam com o acúmulo de resíduos sólidos. Para permitir a ocupação da terra, as famílias da OCM organizavam-se junto às organizações políticas apoiadores para a realização de mutirões de limpeza e aterramento. Tais esforços eram constantes, tendo em vista que, desde o início do processo de luta, a ocupação estabeleceu-se enquanto um canteiro permanente de obras, onde sempre havia ajustes a serem realizados, espaços coletivos a serem instalados e moradias a serem construídas, ampliadas ou reparadas. À medida que crescia, os desafios da ocupação de um terreno marcado por áreas brejadas e vegetadas aprofundavam-se, exigindo, assim, constantes modificações.

Quanto à construção das moradias, as famílias recorreram, inicialmente, aos materiais que se encontravam à sua disposição. Tal é o caso dos elementos orgânicos, como troncos de árvores e palhas de palmeiras, como carnaúbas e coqueiros. Nos tempos iniciais da OCM, o emprego de técnicas e materiais construtivos baseados em elementos naturais era mais expressivo. Ainda assim, materiais industrializados eram utilizados de maneira complementar, assim como entulhos de demolição e outros materiais reaproveitados. Prezava-se, assim, pelo baixo custo das construções e pela facilidade de acesso aos materiais. A Figura 4 apresenta uma moradia construída a partir dessa lógica, mesclando elementos naturais como a palha com materiais industrializados como a lona.

Com o avanço da luta e, principalmente, com a conquista da terra pública vizinha ao terreno inicialmente ocupado, os materiais de construção empregados nas moradias da ocupação passaram por modificações (Figura 5). Prezava-se, a partir de então, pela maior durabilidade das moradias, ainda que estas sigam como abrigos provisórios. Assim, as famílias da OCM poderiam estar mais protegidas das intempéries. Nesse sentido, as moradias ainda eram construídas a partir de materiais frágeis, como elementos orgânicos e entulhos de demolição, mas passaram, também, a incorporar materiais empregados na construção civil,

como madeiramento e telhas cerâmicas ou em fibrocimento, obtidos, muitas vezes, a partir de doações viabilizadas pela Brigada de Solidariedade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus coletivos. Da mesma maneira, o chão em terra batida passou a ser substituído pelo piso cimentado. Não há, no entanto, o uso de tijolos, dado que a perspectiva é de que as moradias atualmente existentes sejam substituídas pela produção habitacional autogestionada, estágio ainda não iniciado e cuja implementação segue sendo negociada junto ao poder público.

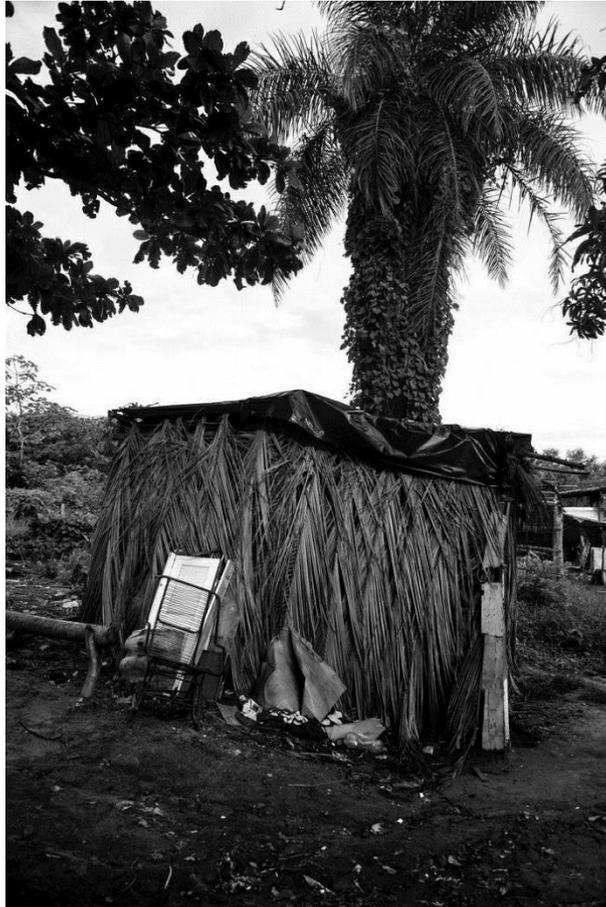
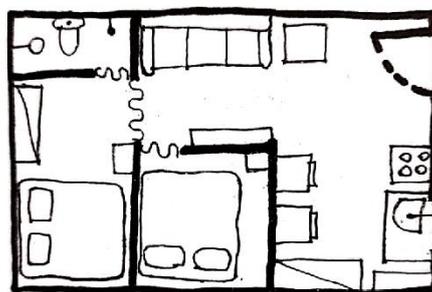


Figura 4: Autoconstrução na terra inicialmente ocupada pela OCM. Fonte: Davi Pinheiro (2020).

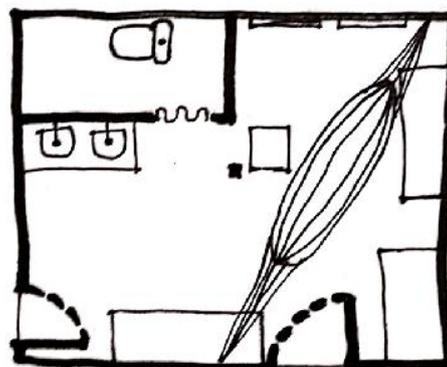


Figura 5: Morador da Ocupação Carlos Marighella erguendo uma moradia provisória na Terra Conquistada. Fonte: Davi Pinheiro (2021).

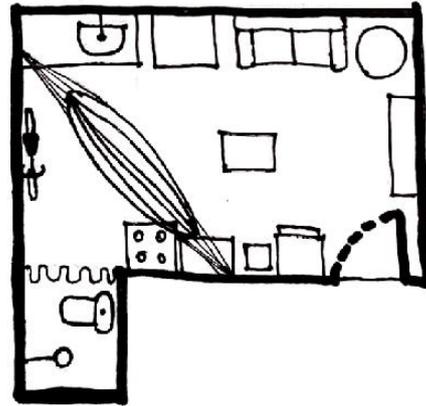
Para ilustrar as condições habitacionais na terra conquistada pela Ocupação Carlos Marighella, apresentamos, aqui, quatro distintas moradias provisórias autoconstruídas por seus moradores. A primeira dessas moradias (Figuras 6 e 7) é habitada por uma família composta por uma mulher e um homem adultos que vivem com o filho pequeno. Nesta casa, a estrutura é em madeira, o piso em terra batida, as telhas são de fibrocimento e a vedação é realizada em painéis de madeira. Já a segunda casa (Figuras 8 e 9) é ocupada por uma mulher, que ergueu seu espaço por meio de uma estrutura híbrida de madeira serrada e troncos de carnaúba, vedada por uma colagem de lonas e painéis de madeira, com o piso cimentado e a coberta mista de telhas cerâmicas e de fibrocimento. A terceira moradia provisória (Figuras 10 e 11) pertence a um homem, que construiu sua casa com estrutura e vedamentos de madeira, contando com o piso em cimento e a cobertura em telhas de fibrocimento. Essa habitação, assim como a próxima, encontra-se apoiada no muro de alvenaria com blocos de concreto estrutural que separa a terra conquistada pela OCM de um grande vazio urbano vizinho. Por fim, a última casa apresentada (Figuras 12 e 13) é ocupada por uma mãe solteira e suas três filhas pequenas, que habitam um espaço com estrutura mista em madeira serrada e troncos de carnaúba, com piso em terra batida, coberta em telha de fibrocimento e vedação realizada por uma colagem de painéis de madeira e partes reaproveitadas de móveis em madeira.



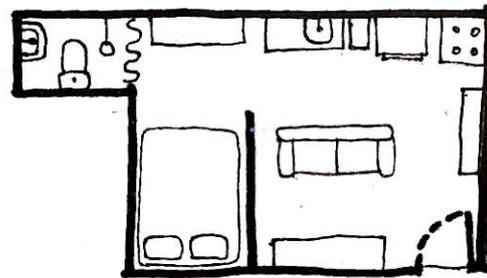
Figuras 6 e 7: Moradia provisória habitada por uma mulher, um homem e seu filho pequeno. Fonte: Elaboração própria (2021).



Figuras 8 e 9: Moradia provisória habitada por uma mulher. Fonte: Elaboração própria (2021).



Figuras 10 e 11: Moradia provisória habitada por um homem. Fonte: Elaboração própria (2021).



Figuras 12 e 13: Moradia provisória habitada por uma mulher e suas três filhas pequenas. Fonte: Elaboração própria (2021).

A prática da autoconstrução na Marighella tem produzido um espaço urbano marcado por uma variedade de técnicas e materiais empregados, conformando uma paisagem que se constitui enquanto uma colagem de diversos elementos construtivos. Destaca-se, também, uma grande disparidade em relação ao resultado formal das moradias, visto que, dentre os moradores da OCM, há uma imensa diversidade de saberes e ofícios, incluindo desde trabalhadores da construção civil até iniciantes na produção da moradia por meio da autoconstrução. Ocorre, portanto, a transmissão de um saber comum passado de geração em geração e de trabalhador para trabalhador. De autoria coletiva, o espaço construído por meio desse processo é realizado a muitas mãos e materializa-se a partir dos escassos recursos disponíveis e das necessidades de ordem imediata. Além disso, inseridas em uma área de fragilidade ambiental, as moradias provisórias conformam quadras e ruas informais, que se adaptam aos espaços livres existentes em meio ao território-suporte (Figura 14).

A autoconstrução no atual estágio da luta da Ocupação Carlos Marighella permite a experimentação construtiva através de uma *práxis* espacial. Por meio desse processo, variadas formas de ocupação do espaço são viabilizadas, permitindo a adaptação às características físicas, sociais, econômicas, culturais, estéticas e ambientais do território-suporte da OCM. Assim, as moradias se materializam enquanto aspecto cultural e do modo de vida das famílias organizadas em prol do direito à moradia digna. Nesse sentido, a continuidade

da luta da Ocupação Carlos Marighella aponta para a autogestão, entendida como “o momento mais radical de uma democracia efetiva, a forma associativa mais intensa e plástica possível, na qual os envolvidos tomam em mãos os rumos coletivos, isto é, tornam-se sujeitos de sua própria história” (COLOSSO, 2019, p. 253).



Figura 14: Conformação espacial das moradias provisórias na Terra Conquistada pela Ocupação Carlos Marighella. Fonte: Google Earth (2021).

Ao tomar os rumos da produção de sua moradia e de seu território, o morador-autoconstrutor participa ativamente do processo de atendimento de suas demandas habitacionais. Afasta-se, assim, de um modelo centralizador de provimento da moradia, baseado nos grandes empreendimentos localizados em glebas periféricas, projetados e construídos por grandes empresas privadas do ramo imobiliário, cuja gestão não inclui a participação dos moradores no processo de tomada de decisões. Diametralmente oposto a esse modelo, a autoconstrução vinculada a mutirões autogeridos permite a participação do morador-autoconstrutor e a inserção das dimensões sócio-culturais do território, atendendo, assim, às necessidades habitacionais específicas da população beneficiada. Além disso, o processo de luta pela moradia digna envolve a conquista da terra, do financiamento e da moradia em um contexto de disputas urbanas que marcam a realidade das metrópoles do capitalismo periférico. Assim, a luta popular produz cidade e molda paisagem, deixando as marcas do processo de resistência e mobilização social na conformação socioterritorial do espaço urbano.

CONCLUSÃO

Conclui-se, assim, que o processo de autoconstrução e autourbanização nas ocupações de luta por moradia digna estabelece-se enquanto uma importante prática de experimentação construtiva. A duras penas, os moradores da ocupação constroem seus espaços individuais e coletivos através de mutirões de ajuda mútua. Sendo assim, o espaço da ocupação firma-se como um canteiro de obras onde se desenvolvem experiências espaciais e político-pedagógicas

que se acumulam em prol de um projeto autogestionário de produção da moradia. Formam-se, assim, moradores-autoconstrutores que, por meio da resistência popular, lutam pelo direito à terra, à moradia digna e à cidade.

Nesse sentido, a arquitetura popular realizada por meio da autoconstrução e da autogestão no contexto da luta da Ocupação Carlos Marighella se insere na lógica dos “contraespaços”, processo coletivo de resistência aos *loci* de extração de renda, conforme Rolnik (2019). Assim, o canteiro de obras autogestionado pode ser tido como uma experiência concreta de experimentação de alternativas e construção de futuros possíveis. É por meio da organização popular em prol da luta pelo direito à moradia digna que trabalhadoras e trabalhadores urbanos formulam novos horizontes, que apontam para o direito à vida urbana no contexto de uma sociedade transformada e renovada. Assim, contestando uma estratégia política de segregação dirigida à classe trabalhadora, os movimentos sociais de luta por moradia digna tornam-se sujeitos da transformação da realidade.

Enquanto projeto político-pedagógico, as ocupações urbanas estabelecem-se como um “espaço educador”, acumulando experiências em prol de um processo vitorioso de conquista da terra e do direito à moradia. No caso da Ocupação Carlos Marighella, a comunidade vem avançando em seu processo de auto-organização por meio de oficinas de constituição da associação de moradores e da elaboração do projeto habitacional junto às assessorias técnicas em Arquitetura e Urbanismo. Assim, constroem-se as condições objetivas e subjetivas que culminam na produção da moradia por meio de um projeto autogestionário. Por meio da experimentação, a OCM poderá aproximar-se de seus objetivos, que incluem a construção de moradias populares integradas ao meio ambiente natural ao seu redor. Como resultado, o desenho urbano se conforma a partir do acúmulo de experiências coletivas de produção do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. *Habitação e autoconstrução: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: EDITORA FASE, 1992.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Lei nº 11.058, de 21 de dezembro de 2020*. Autoriza o Poder Executivo Municipal a construir unidades habitacionais populares para famílias de baixa renda, diretamente ou por meio de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, podendo doar imóvel situado no município de Fortaleza, diretamente aos beneficiários, na forma que indica. Fortaleza, 2020.

COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. 2019. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERREIRA, Thalyta Fernandes. *A cidade sem arquiteto: produção sócio-espacial e os padrões emergentes da autourbanização na luta pelo direito à cidade*. 2021. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: COSAC NAIFY, 2006.

FORTALEZA. Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR). *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza: Produto V*. Fortaleza, 2013.

_____. *Lei Complementar nº 62, de 2 de fevereiro de 2009*. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Fortaleza, 2009.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 6, n. 1, p. 109-125, jan./abr. 2014.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Arquitetura e Autogestão: (con)formação, form(ação) e (trans)formação. *Revista Contraste*, v. 5, p. 174-181. 2017.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1979.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: EDITORA 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDITORA UFMG, 2002.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: CENTAURO, 2008.

LEITE, Regiane Valentim; FARIA, Teresa Cristina de Almeida. Autoconstrução e paisagem: cidade informal e sujeitos urbanos da periferia de Viçosa (MG). *Espaço & Geografia*, v. 20, n. 2, p. 299-336. 2017.

LIMA JÚNIOR, Antônio. Ocupação Carlos Marighella: resistência popular na luta por moradia. *Jornal O Poder Popular*, ed. 51, p. 6-7. 2021.

MANDATO FORTALEZA VERDE. *Diagnóstico ambiental: Ocupação Carlos Marighella – Terra Conquistada*. Fortaleza, 2021.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: EDITORA ALFA-OMEGA, 1982.

_____. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2019.

TARAMELA ASSESSORIA TÉCNICA; COLETIVO ESCALAR. *Informações Ambientais: Diagnóstico Ambiental Preliminar da Ocupação Carlos Marighella*. Fortaleza, 2021.

_____. *Plano Emergencial de Negociações da Ocupação Carlos Marighella*. Fortaleza, 2020.

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: MARTINS FONTES, 2012.